



A economia 'psíquica' importa? Descolonização e elementos subjetivos de re-inscrição social

Does 'psychic' economy matter? Decolonization and subjective elements of social re-inscription

La economía 'psíquica' importa ? Decolonización y elementos subjetivos de re-inscripción social

Lucia Rabello de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Jaileila de Araújo Menezes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é focar a trama dos processos subjetivos desencadeada pela dominação colonial na relação que ela estabelece entre dominador e dominado: como se imbricam e se interpolam as forças vitais de cada parte, um para subjugar o outro e fazê-lo ceder, vergando-o sob o peso da astúcia, da sedução, do medo; o outro para se opor à tirania e ao controle, resistindo, lutando ou até preferindo morrer. O artigo traz o ponto de vista de diferentes autores vinculados as reflexões sobre pós- e descolonialidade e seus encaminhamentos quanto as possibilidades de resistência à violência da opressão. O foco na economia psíquica põe em relevo as conexões inexoráveis entre história pessoal e coletiva, valorizando posicionamentos ontológicos, epistemológicos e psicológicos que escapam às frequentes dicotomias e reducionismos ao buscar visibilizar as relações paradoxais entre dominador e dominado.

Palavras-chave: descolonialidade; dominação; processos intersubjetivos; economia psíquica

Abstract

The aim of the present paper is to focus on the patchwork of subjective processes engendered by colonial domination within the scope of relations between the oppressor and the oppressed: how the vital forces of each side imbricate and interpolate each other, the former to subjugate

the other and make him/her acquiesce either by astuteness, seduction or terror; the latter, to oppose tyranny and control by struggling, resisting or even, preferring death. The article discusses post- and decolonial scholarship in view of articulating how possibilities of resisting to violence are envisaged within this tradition. The focus on the psychic economy brings forth the inexorable connections between personal and collective history. These are analysed in their ontological, epistemological and psychological underpinnings in order to escape the frequent dichotomies and reductionisms whenever the paradoxical relations between the oppressor and the oppressed are at stake.

Keywords: decoloniality; domination; intersubjective processes; psychic economy.

Resúmen

El objetivo de ese trabajo es discutir la trama de los procesos subjetivos engendrados por la dominación colonial en el ámbito de la relación que se establece entre opresor y oprimido: como se mezclan las fuerzas vitales de cada parte, una para someter la otra haciendo con que ceda bajo el peso de la astucia, la seducción o el miedo; la otra para se oponer a la tiranía, al control, resistiendo, luchando hasta casi escoger la muerte. El artículo presenta el punto de vista de diferentes autores asociados a la discusión pos- o decolonial y sus contribuciones a la temática de la resistencia a la violencia de la opresión. El foco sobre la economía psíquica pone en relieve el enlace inexorable entre la historia personal y la colectiva teniendo en cuenta posiciones ontológicas, epistemológicas y psicológicas que escapan dicotomías y reduccionismos comunes cuando se intenta volver visible las relaciones paradójales entre el señor y el sujeto dominado.

Palabras clave : decolonialidad; dominación ; procesos intersubjetivos; economía psíquica.

O presente artigo aborda as vicissitudes da economia psíquica como aspecto fundamental dos processos de troca, não somente entre indivíduos, como também entre nações. É essa, a economia psíquica, inerente aos sujeitos individuais e coletivos, que se constitui como fluxos e

engrenagens de forças vitais que vão modelar o encontro com o outro, seja facilitando ou obstruindo conversas, acordos e pactos, seja desencadeando embates e, até mesmo, conflitos armados.

Nossa abordagem da economia psíquica considera aspectos que estão para

além do planejamento racional da ação; interessam-nos as condições históricas e políticas específicas que constituíram o sujeito humano moderno-colonial, independentemente se este é sabedor ou não do que determina suas ações. Falamos pois das dinâmicas psicossociais que afetam os sujeitos das nações do Sul, América Latina, Ásia e África, situados em regiões bem particulares no âmbito de um sistema-mundo, talvez o primeiro de natureza planetária na acepção de Dussel (2000). Nele, a Europa se constituiu como centro a partir dos Quinhentos (século XVI) incorporando paulatinamente a esse centro a periferia: em primeiro lugar, as Américas, do Sul e do Caribe e a costa da África; em seguida, a Índia e o Sudeste Asiático. Segundo Dussel, a modernidade não foi, ou é, um evento que diz respeito tão somente à Europa, mas à Europa como centro em um sistema global centro-periferia.

A expansão deste sistema-mundo europeu ocorreu no âmbito das relações comerciais, econômicas e psíquicas, sob os auspícios de três etapas planetárias: a cristianização, a civilização dos povos bárbaros e a modernização dos pré-modernos (Mignolo, 2001, p.36). De forma a dar efetividade a tal empreendimento, os povos europeus, inicialmente Portugal e Espanha, e um pouco mais tarde, a França e a Inglaterra, principalmente, expandiram suas fronteiras nacionais na conquista de

territórios ultramarinos visando a exploração das riquezas ali existentes. No entanto, o empreendimento colonial instou, sobretudo, a colonização do nativo, a conquista de sua mente e de sua alma. A brutalidade e a atrocidade dos regimes coloniais associada a degradar, escravizar, converter e domesticar os nativos foi justificada em nome de um projeto de civilização.

Mudimbe (1988) ressalta três efeitos duradouros da colonização: a marginalização ou degradação das culturas do outro; a crença de que não há verdadeiro conhecimento a não ser aquele produzido no centro (na Europa); e a certeza de que nada pode ser aprendido com os outros. No epicentro deste processo produziu-se a concepção mesma do universal, entendido como noção que dá conta do que pode ser abrangente e válido para diferentes culturas e sociedades em termos de valores, práticas e de subjetividades humanas. Neste sentido, a modernidade ‘europeia’ deveria servir para todos, assim como o cristianismo e a civilização. A categoria do universal fez, e faz, parte do amplo sistema de pensamento engendrado na modernidade que concorreu para que a Europa, e mais recentemente, os Estados Unidos se posicionem como centro de autoridade intelectual, em versões diversas do colonialismo.

O objetivo deste trabalho é focar a trama dos processos subjetivos

desencadeada pela dominação colonial na relação que ela estabelece entre dominador e dominado: como se imbricam e se interpolam as forças vitais de cada parte, o dominador para subjugar o outro e fazê-lo ceder, vergando-o sob o peso da astúcia, da sedução, do medo; o dominado para se opor à tirania e ao controle, resistindo, lutando ou até preferindo morrer. Nas relações entre dominador e dominado, quem pode estar seguro de quem está no controle? À violação do eu do dominado não corresponderiam outras sequelas no eu do dominador? Investigar a trama de processos intersubjetivos – a economia psíquica – na dominação colonial importa para desvelar a complexidade de processos psíquicos desta condição – a dominação – que tem sido investigada principalmente nas suas dimensões políticas e sociais. Neste artigo, nos debruçamos sobre as condições que “produzem” os sujeitos em tal relação cujos efeitos, ainda que duradouros, podem ser alterados e superados.

O Giro Descolonizador e as Condições Epistêmicas, Ontológicas e Subjetivas de Desestabilização da Dominação

Buscar entender a dominação colonial do ponto de vista dos efeitos subjetivos e intersubjetivos que produz, conduz a examinar as profundas escaras deixadas por este processo, quando tanto

dominadores e dominados já não podem ser mais o que eram antes, pois foram radicalmente transformados pela experiência da dominação. Mais que isso: do ponto de vista dos grupos e coletividades, a dominação intercepta a clareza do que se é no presente, como sujeito, povo e nação, e conseqüentemente, o que é possível desejar, como identidade e vontade coletiva, para o futuro. Neste sentido, os processos de dominação produzem efeitos residuais de longo prazo que não podem ser apagados nem da memória individual, tampouco da coletiva.

Um exemplo aparece no filme de Sembene Ousmane, cineasta africano, que retrata a revolta de um grupo de jovens africanos frente ao que sentem ser o processo de permanente assujeitamento impetrado de diferentes formas pelas nações imperiais. Indignados com as doações internacionais à África, o grupo resolve saquear os caminhões que levam farinha e espalhá-la pela estrada. A população reclamou do sacrilégio de desperdício da comida, ao que os jovens respondem que o pior aviltamento seria continuar a receber ajuda de estrangeiros (Diawara, 2001). A ação dos jovens coloca em questão uma das principais gravidades do imperialismo, a crueldade benéfica travestida de missão social salvacionista (Spivak, 2010).

O campo de estudos pós e descoloniais inaugurou possibilidades de questionar o destino inexorável dos povos colonizados: ser como o outro superior, o colonizador, e portanto, ver a ocidentalização europeia como único destino legítimo para todas as nações. Para Mignolo (2011), o giro descolonizador iniciou-se com a conferência de Bandung em 1955, quando os 29 países da Ásia e África ali reunidos decidiram que nem capitalismo, nem comunismo, mas a descolonização. Com isso, implode-se a visão universal de uma história única para todos os povos baseada na modernidade europeia.

Mignolo (2005; 2007) opera com um conjunto de conceitos, como a ‘desassociação’ ou o ‘desprendimento’ (*‘delinking’*), a desobediência epistêmica, a construção de saberes ou epistemologias de borda (*‘border gnosis’*) que são essenciais na reconstrução das sensibilidades humanas afetadas pela colonialidade. Estes processos exigem uma retomada, ou mesmo a construção de (novas) possibilidades epistêmicas e subjetivas, pois para os colonizados não lhes parece que poderia haver outra saída a não ser a modernização, o liberalismo e o republicanismo europeus, legados que mantêm o privilégio enunciativo das instituições iluministas europeias e suas categorias de pensamento. Trata-se de nos desprendermos das normas

e hierarquias modernas como primeiro passo para (re)aprendermos, de outra maneira. O “desprendimento” não é um método, e sim um caminho para enfrentarmos a narcotização do pensamento produzida pela matriz colonial de poder (Mignolo, 2014)

Para o autor, há que se negar a recusa do barbarismo, e aí fagocitar a civilização pelo bárbaro, em uma atitude de desafio e desobediência que questiona o ranqueamento imperial imposto a formas distintas de pensar e ser, chamadas de bárbaras e incivilizadas. Diz ele:

Uma vez que você compreende que a sua inferioridade é uma ficção criada para te dominar, você não quer mais aceitar resignadamente a falta de sorte de ter nascido igual a todos os outros seres humanos embora tenha perdido sua igualdade logo depois de ter nascido por conta do lugar onde você nasceu. Por isso mesmo, você ‘desassocia’. ‘Desassociar’ significa que você não aceita as opções que estão postas para você. (2011, p.276).

Assim, o autor aposta na produção de outros modos de subjetivação que possam enfrentar o vazio deixado pelo questionamento aos supostos universalismos, encontrando, assim, as condições iniciais de resistir à dominação, de pensar e ser descolonialmente. O ‘desprendimento’ concerne abandonar as rotas traçadas por outros, suas verdades, a

doxa herdada do grego, do europeu e do norte-americano que naturaliza o entendimento do mundo. O colonizado, uma vez 'compreendendo' sua inferioridade como parte do jogo da dominação, 'não quer' mais se resignar e deseja ser ele mesmo, recusando o que lhe é imposto. Aparentemente voluntarista, a formulação de Mignolo visa dar conta de como alcançar esta posição desejante, já que a dominação tornou o sujeito alienado de si mesmo. Exteriorizado pelo olhar e pelo dizer do outro (Mbembe, 2001; Chamoiseau, Barnabé & Confiant, 1990), existe um caminho a percorrer de modo que a compreensão sobre a condição de dominação possa ser alcançada.

Para este autor, as possibilidades da descolonização como processo subjetivo, político e coletivo se inscrevem em um sujeito que não quer, um sujeito que diz não, e portanto, desobedece. No entanto, é importante notar que para Mignolo trata-se de uma desobediência obtida sobretudo através da compreensão intelectual, uma desobediência epistêmica, em que se enxerga a condição de inferioridade inculcada como engano e mentira. Só que, deve-se perguntar: como isso acontece? Quais condições facilitam e promovem o difícil processo de escrever o próprio destino, inscrevendo-se como sujeito de dizer não, e provavelmente incorrendo o perigo dos castigos, da morte, da tortura, ao

desagrilhoar-se das verdades certas para lançar-se ao abismo de não saber?

A literatura pós- e descolonial vem discutindo essa questão, e com ela, as inúmeras maneiras de compreendê-la e responde-la. Para autores de vários continentes, seja da África ou da América Latina, faz-se necessário realizar o giro pós ou descolonial (Devisch & Nyamnjoh, 2011; Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007) na tentativa de interpretar alternativamente o momento atual dos povos colonizados e o horizonte de suas possibilidades que não estejam enredadas nos caminhos já traçados e nos destinos assumidos tacitamente.

À espoliação brutal que, por exemplo, o continente africano sofreu pela dominação das nações europeias ao longo do século XIX e XX, "a partilha da África", seguiram-se décadas de sofrimento nas lutas pela independência, quando se recusou a condição colonial, e se buscou (re-)inscrever as nações, as identidades e os sujeitos livres. Não tem sido um percurso fácil, já que a violência colonial, com a degradação e o massacre físico e psíquico que ela promoveu, inscreveu nos sujeitos a conformidade, a impotência e a inferioridade. No entanto, para aqueles que recusam a missão civilizatória do processo colonizador, a colonialidade, em seus diversos níveis de atuação, constituiu para estes sujeitos o lugar do subdesenvolvimento, da insanidade,

imaturidade e irracionalidade (Nandy, 2015).

Hoje, muitos intelectuais alertam para o neocolonialismo das nações europeias na África, capitaneado não mais pelo domínio territorial, mas pela sujeição às regulações das instituições globais do capitalismo internacional (Nkrumah, 1965). Dentre eles, Archie Mafeje, intelectual da África do Sul, propõe um enfrentamento ao neocolonialismo pela via de uma nova ontologia que possa combater e superar a supremacia eurocêntrica, racista e colonial. Para ele se trata de promover um estado emocional de recusa que desencadeia a atitude de rebeldia contra a alteridade colonial e a inferiorização (Mafeje, 2011). Mas, argumenta ele, é necessário ir além da rebeldia, de modo a construir, endogenamente, um ponto de vista africano sobre a própria África em que seu ser histórico e cultural possa ser reencontrado. Negar a negação da África – “a negação da negação” – consiste, assim, no primeiro passo desta ontologia combativa – a africanidade.

Mafeje defende que a africanidade tenha que estar enraizada no *self* coletivo africano – o *Muntu* (Eboussi Boulaga, 2014), que corresponde ao ser da condição africana no contemporâneo que, a partir da sua singularidade, busca se assumir como sujeito de seu dizer. Para isso é necessário libertar-se da extroversão, ou seja da

ansiedade causada por pretender ser aquilo que é demandado por outrem; há que se buscar justamente nas ontologias e vernáculos locais a potencia para construir a enunciação singular sobre si. (Eboussi Boulaga, 2014).

A inscrição de um novo sujeito e de uma nova nação engendra-se pelo esforço do pensamento de dar a volta sobre si mesmo – o giro descolonial. No entanto, a força de tal projeto só consegue ímpeto suficiente ao se apropriar da experiência pungente da dor e do sofrimento causados pela dominação colonial. Assim, a compreensão sobre a inferiorização e a degradação física e psíquica tem seu ponto de partida no grito de dor (Maldonado Torres, 2007) do sujeito dominado, cujo dilaceramento rompe o encurralamento em que ele se encontra. Fanon (1967) nos alerta para o fato de que o conhecimento sobre a dor imposta pela alienação e tortura nunca pode ser objetivo, pois se trata justamente de fazer o corpo falar a partir de sua experiência situada - singular e única: o dilaceramento do corpo perfura e rasga a imersão na experiência radical de exteriorização que torna o sujeito objeto e abjeto.

Gritar é ousar dar voz à dor do corpo, romper o silêncio da submissão e do medo, abjurar a “morte incompleta” (Fanon, 1972) e sempre iminente no cotidiano da opressão. Se, na relação de

dominação, o outro superior pode fixar o sujeito na abjeção, congelando sua existência por meio de discursos e práticas de servidão, parece que a náusea, a vergonha, o ódio a si mesmo podem se converter no gesto incontido que, escapando à suposta clausura da relação senhor-escravo, a detona. Para Fanon, a resistência está pressuposta na relação entre dominador e dominado fazendo com que essa economia de trocas tenha que ser permanentemente realimentada para se manter eficaz. Assim, a quanto mais de terror e castigo se inflige no dominado, quanto mais o dominador suspeita da fragilidade do seu controle sobre ele, e quanto mais se instala uma economia paranoica de controle do outro.

Cultura, Psique e as Relações Paradoxais Entre Dominador/Dominado

Embora o polo do dominado nos interesse de modo especial no âmbito desta relação que é dialógica, não podemos esquecer que o fluxo de trocas psíquicas entre as duas partes aprisiona tanto dominador como dominado na brutalidade da dominação. De acordo com Nandy (2015, p.15), podemos localizar uma “continuidade psicológica entre o opressor e o oprimido resultante de uma racionalidade que os torna ambos co-vítimas”. Lembra Nandy (2015) que esta relação é fatal para ambos sobre quem

recairão as sequelas, seja de infligir o dano a outrem, seja de se render ao dominador. No extenso estudo que o autor faz sobre a dominação (2010; 2013) a figura do “inimigo interno” nos aponta a relevância dos processos psíquicos que marcam indelevelmente tanto dominador como dominado.

Como processo psíquico, a dominação incide de diferentes maneiras e ganha diversos significados na interação dominador-dominado. A experiência de humilhação, por exemplo, analisada por Nandy a partir de uma articulação entre a política e a psicologia cultural, coloca em pauta a eficácia da humilhação como dependente da validação consensual da parte do humilhado, mostrando com isso que este tem algum controle sobre seus atormentadores (Nandy, 2015). O autor traz para este debate os mecanismos psíquicos de projeção, deslocamento e identificação que atuam na dinâmica relacional da dominação/humilhação, abrindo inclusive a possibilidade de entender o ato de humilhar como uma estratégia defensiva, ou seja, humilhar para proteger-se da humilhação.

Lançar luz sobre o temor do opressor - comumente ignorado na experiência de humilhação - pode inaugurar uma outra compreensão em este relacionamento contenha a potência de obliterar a força direcionada para diminuir e estreitar o outro. Sobre o imponderável da

experiência de humilhação, Nandy (2015, p.197) diz-nos que: “Nós provavelmente teremos que nos consolar reconhecendo que, algumas vezes, algumas humilhações podem ser meios de renovação e reeducação para ambas as partes de um relacionamento desigual”. Como parte dos “negócios humanos”, a humilhação exige uma análise à parte dos procedimentos de aniquilamento e coisificação, pois ela só faz sentido e só cumpre sua função no campo da sensibilidade humana.

Para o autor, as culturas e seus sujeitos diferem quanto ao seu modo de internalizar/externalizar o inimigo e lidar com ele. Ele compara, por exemplo, o destino dos astecas que frente à exigência de se converterem ao cristianismo ou serem executados pelos espanhóis, preferiram a morte. Por outro lado, esta não foi a escolha dos indianos quando da colonização britânica na Índia. Estes, na sua grande maioria, acolheram a ‘civilização’ trazida pelo colonizador, e com isso internalizaram no seu *self* uma incontável gama de elementos exógenos à sua cultura, inclusive o despreço e a inferiorização com que os ingleses os consideravam. Tal estratégia de sobrevivência pode ser analisada sob o aspecto da economia interna dos sujeitos, ou seja, como eles podem conviver com as ambiguidades e contradições de diferentes partes do *self*, entre as quais estão aquelas objetificadas negativamente pelo outro.

Na economia de trocas entre dominador e dominado, Nandy parece apostar na superioridade moral e cognitiva do dominado, simplesmente pelo fato de este não coisificar seu inimigo como o faz o dominador. Assim, tomar o opressor por alguém igual, mesmo nutrindo ódio ou medo em relação a ele, permite conhecê-lo mais realisticamente. Do lado do dominador, sua superioridade precisa estar sendo sempre demonstrada, seja pela violência imposta, seja pelo demérito do outro, reduzindo-o a objeto, de gozo ou terror, sobre quem se quer ter total controle. Esta escalada de violência por parte daquele que oprime, que pretende eliminar onipotentemente a diferença do outro (Benjamin, 1994), faz crer na necessidade de se tamponar permanentemente a própria vulnerabilidade.

É o dominador que necessita ocultar o que em si pode denotar fragilidade ou semelhança com o dominado. Assim, nesta relação, o processo de coisificação do outro conduziria também ao empobrecimento do eu do opressor, e à restrição da sua liberdade, já que ele está permanentemente subjugado pela dinâmica paranoide de afirmação de sua superioridade frente ao dominado. Essa precisa ser reconhecida pelo dominado para que se efetive o controle e a opressão. Qualquer ínfima negação deste reconhecimento induz a ainda outros, e mais cruéis, expedientes

para obtê-lo a qualquer custo, já que esse se coloca como fundamental para assegurar a assimetria de poder entre dominador e dominado.¹

Do ponto de vista da Psicanálise, as relações entre o eu e o outro, seja na lógica da dominação ou não, encontram-se enredadas nos processos de identificação e reconhecimento (Benjamin, 1988). Significa que o *self* (a experiência vivida de ser e se tornar um eu) se constitui necessariamente a partir do outro, o que se traduz em um processo de assimilar o outro dentro de si, de “comê-lo”, por assim dizer. Por outro lado, o *self*, contraditoriamente, tem que reconhecer que o outro tem existência própria e não apenas aquela que foi internalizada pelo *self*: admitir um mundo externo sobre o qual não temos controle é, sem dúvida, uma forma de não soçobrarmos na incomensurável solidão do que criamos a nosso bel prazer.

A assimilação do outro não se realiza apenas quando ficamos seduzidos e desejantes em relação àquilo que o outro tem. Como afirma Benjamin (1994, p.240) a existência comum nos faz expostos e sujeitos a identificações desejadas com os outros, mas também com as indesejadas, uma vez que, frequentemente, o outro diferente evoca em nós o que nós mesmos repudiamos, e não aceitamos: “não está em nosso poder não identificar; o que não aguentamos como nosso só podemos

repudiar”. Esta eliminação do indesejável só se torna possível na economia psíquica porque podemos torna-lo outro, em nós mesmos, situando o repudiável como uma parte de nós que estranhamos e não reconhecemos.

Deste modo, o *self* é feito de partes e divisões que justamente contêm uma multiplicidade de identificações, nem sempre convergentes e harmoniosas, mesmo porque tal divisão (*'splitting'*) representa o mecanismo psíquico de manter relativamente separados os aspectos positivos e negativos das identificações. No entanto, continua a autora, o crucial aqui é que se possa manter e viver com a ambivalência resultante das tensões e contradições entre as partes do *self*.

Quando Nandy retrata o “inimigo interno” como resultante da dinâmica da dominação colonial, ele está apontando para a inexorável operação na economia psíquica de identificação com o inimigo, que se torna interno ao *self*, como forma de ser controlado. A relação de jugo e dependência entre dominador e dominado, instalada pela violência infligida pelo dominador e atravessada pelo ódio mútuo, torna-se, portanto, portadora de um complexo de trocas identificatórias que são instrutivas para podermos compreender como se afetam os sujeitos ao longo da experiência da dominação, e como se dão seus processos de resistência, e/ou da

rendição. Para o dominado que recusa a morte – o indiano, e não o asteca - a identificação com o agressor permite sua sobrevivência, ainda que ele provavelmente tenha que criar alguma separação entre tais partes repudiadas e temidas do *self* em favor de uma visão de si mesmo como distinto de seu agressor.

Para Nandy pelo menos uma consequência de monta pode-se observar quando se busca dissociar radicalmente as partes internas do *self*, antagonizando o ‘bom’ *versus* o ‘ruim’ dentro de si. Essa seria da ordem da negação, seja individual e/ou coletiva, a respeito da própria rendição ao mal, assegurando para o dominado a condição absoluta de vítima. Tal condição recusa/nega o quê o sobrevivente à opressão teve que compactuar com ela.

Ora, sobreviver no limite da condição de oprimido é tanto sofrer como vítima o dano infligido, como também submeter-se e reconhecer a superioridade do outro. Neste sentido, manter algum grau de tensão entre o detestável dentro de si – a rendição à violência e à opressão, a identificação com este traço do agressor - e o que é reconhecido como próprio conduz a uma avaliação mais realista das possibilidades de si mesmo. Conduz a um processo de liberdade e emancipação que não seja calcado na contra-identificação com o dominador, ou seja, não ser aquilo que ele é: se ver como seu oposto, e/ou se

julgar como nada tendo a ver com o detestável da dominação.

Diga-se de passagem que a construção de contra-narrativas identitárias nacionais podem levar a movimentos desta natureza, contra-identificatórios, quando se quer resgatar um “nós” ou uma identidade nacional pura que não esteja contaminada pela identificação com o dominador (Nandy, 2010).

Deste modo, o recalque de alguma identificação havida com o opressor faz o vitimado encurralar-se na divisão irreconciliável criada entre “o bom” e “o mau”. Sobretudo porque aquele que é vítima da dominação deve buscar a força interior para gritar ‘basta’ ao inimigo, revertendo o ciclo de terror. Neste sentido, ele precisa se sentir e se posicionar como mais igual ao inimigo, não tão diferente dele, e tão capaz como ele, responsabilizando-se pelo grito que vai reconfigurar tal relação de forças.

Em contexto semelhante, Mbembe (2001) aponta para a relevância de se escapar ao ressentimento e à neurose da vitimização que pode assolar as vítimas da dominação colonial, quando não se enfrenta, por exemplo, a culpa e a própria responsabilidade na aquiescência ao mal, por menor ela que seja. Nesta veia, Mbembe chega a afirmar que a “colonização foi uma co-invenção” (p.190), ou seja, ela, do ponto de vista da economia

de forças coletivas, implicou em responsabilidades no mal e na violência. É este legado que os povos colonizados precisam enfrentar para poder construir narrativas menos vitimizadas e, portanto, mais realistas de si mesmos, de seu passado e de seu futuro.

Como nota Benjamim (1994, p.242), conter dentro de si divisões, experimentadas como contradições internas, não é necessariamente um problema, mas pode se tornar um quando há um congelamento rígido destas partes como irreconciliáveis, estruturando a relação do sujeito com o outro em oposições – bom/mau, amigo/inimigo. As divisões internas não antagonizam uma visão de sujeito integrado, já que a integração se faz no sentido de manejar as contradições e tensões dentro de si e, daí, poder associar internamente, em algum nível, aquilo que é tido como próprio e aquilo que é por nós repudiado. Admitir tal ambivalência interna favorece também uma visão menos temida a respeito da realidade externa. O inimigo real pode ser dimensionado menos a partir da fantasia que suplementa seu poder, e o idealiza como um ser dotado de superioridade absoluta e inatingível. Sustentar em si o repudiável favorece a tolerância contra o que se deve combater na realidade.

Esta linha parece ter sido adotada por Gandhi na luta de resistência e combate

aos britânicos. Gandhi logo compreendeu que não se tratava de erigir contra a idealização, seja positiva, seja negativa dos britânicos na Índia, um *self* indiano “íntegro” e “em total oposição” a ela (Rudolf & Rudolf, 2011a; 2011b), mas de derrocá-los moralmente mobilizando os oponentes no seu melhor por meio da “satyagraha”, a busca da potência da verdade cuja visão incluía dominados e dominadores.

A satyagraha se coloca como uma das respostas mais radicais, o movimento de diferir, divergir e dissentir do opressor instaurando uma forma de combate-lo fora/avessa dos/aos seus próprios termos (Nandy, 2015). À satyagraha corresponderia, então, aquele espaço que Benjamim (2004) chama de “espaço terciário” em que se criam condições para romper a dualidade fechada do “comer ou ser comido”, do “destruir ou ser destruído”, tal como ocorre no ping-pong das identificações projetivas entre dominador e dominado. Tal espaço mental se dá por meio do escape às alternativas da dominação ou da submissão, quando se produz a interface que deve sustentar a ambivalência – dominação e submissão. Deste modo, o espaço terciário permite a não captura pela complementaridade da relação “daquele-que-faz-com-aquele-que-é-vitimado” (Benjamin, 2004, p.14).

Para Nandy, dominação e resistência se imbricam inexoravelmente. Só que nas condições totalizantes da opressão – por exemplo, em que a própria ideia de racionalidade compõe e estrutura todo um sistema institucionalizado de opressão-, as formas de resistências podem buscar sua expressão na exterioridade deste sistema: no insano, no bizarro, no incongruente. Nandy também não descarta os “mínimos gestos de protesto” (2015, p.104), a liminalidade não heroica que permite que o dominado consiga sobreviver com alguma dignidade em que, em algum nível, ele não se sinta cooptado pelo inimigo. O protesto íntimo seria, de acordo com Nandy, a arma do dominado para se sentir vivo e combatente, reduzindo ao absurdo, ou ao ridículo, a concepção do vencedor sobre o vencido.

Assim, Nandy expõe seu otimismo em relação às vítimas da opressão no sentido de que elas são, de alguma maneira, levadas a “uma autoproteção criativa” (p.84) construindo áreas internas em que o inimigo não é o vencedor. Sem dúvida, a criação de tais mecanismos podem ser mais ou menos favorecidos pelas culturas em que, de modo bem variável, admitem-se as incongruências, os escapes da realidade e a liminalidade do grotesco, do bizarro e do estereótipo.

Considerações Finais

Para concluir, o processo de inscrição social dos sujeitos e coletividades na sequência à experiência de dominação abrange poder falar de si como sujeito da sua história. Isso exige chamar a si a responsabilidade pelo que se viveu, mesmo que se tenha sido preponderantemente vitimizado pelas circunstâncias. Do ponto de vista individual e coletivo, exige também a vontade de se acercar e entrar em contato com elementos inquietantes e sombrios da história pessoal e coletiva. Esses podem não se coadunar com uma visão ufanista ou autocomplacente que tende a pacificar os conflitos que devem emergir ao se tentar dar conta das relações paradoxais entre dominador e dominado.

Ao longo do texto buscamos realçar os possíveis efeitos do giro descolonial no campo psicológico considerando que, se por um lado a colonização implicou o domínio sobre a mente e a alma, as possibilidades de alteração e superação de relações de dominação também devem ser pensadas desde aí, ou seja, como projeto comprometido com a (re)construção das sensibilidades humanas.

As reflexões empreendidas pelos diversos autores/as aqui abordados/as aquilatam o desafio de descolonizar diferentes dimensões da vida humana, em intensidades macro e micropolíticas onde compreensões da cultura e do *self* são igualmente imprescindíveis no

enfrentamento da violência, conformidade, impotência e inferioridade que marcam a dinâmica opressor-oprimido.

Por outro lado, ousar pensar em termos de co-responsabilidade entre opressor-oprimido, saindo assim do roteiro da vitimização, talvez seja um dos mais difíceis movimentos emancipatórios de se assumir como sujeito político e coletivo, comprometido em enfrentar a própria vulnerabilidade ao mal e à violência para fins de evitar sua repetição.

Notas

¹ É interessante o apontamento que Buck-Morss (2009) faz de Hegel no tocante a como este autor pensa a relação senhor-escravo. Segundo Buck-Morss, ele enfatiza, a este propósito, a opção do escravo pela submissão ao senhor na tentativa de autopreservar-se. Concebe, assim, a rendição como o momento em que se abre mão da liberdade. Buck-Morss sinaliza como para este autor a liberdade é um bem que deve ser conquistado e não outorgado. O empreendimento da liberdade exige arriscar a vida, e somente deste modo o sentido da liberdade se obtém. Contrariamente a Hegel, autores descoloniais como Nandy e Menchu, que viveram e experimentaram a opressão sobre seus pares, e sobre si mesmos, apresentam a visão de que nem sempre arriscar a vida pela liberdade concorre para a libertação.

Liberdade e submissão não parecem ser condições que, na realidade da dominação, se apresentam antitéticas e nitidamente distintas na economia psíquica, mas se mesclam na complexa engrenagem de se manter vivo e de preservar algumas áreas do self não totalmente rendidas ao opressor, cultivando, frequentemente, uma “dupla personalidade”, como coloca James (2000, p.31), com enormes custos psíquicos para o oprimido.

Referências

- Benjamin, Jessica. (1994). The shadow of the other (subject): intersubjectivity and feminist theory. *Constellations*, 1(2), 231-254.
- Benjamin, Jessica. (1988). *The Bonds of Love. Psychoanalysis, Feminism and The Problem of Domination*. New York: Pantheon.
- Benjamin, Jessica (2004). Beyond doer and done to: an intersubjective view of thirdness. *Psychoanalytic Quarterly* LXXIII, 5-46.
- Benjamin, Jessica. (2004). Beyond doer and done to: an intersubjective view of thirdness. *Psychoanalytic Quarterly*, LXXIII, 5-46.
- Castro-Gómez, Santiago & Grosfoguel, Ramón (Orgs.). (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Edit.
- Chamoiseau, Patrick, Barnabé, Jean & Confiant, Raphael. (1990). Elogio da criouldade. Trad. Magdala F. Vianna.

- Éloge de la criolité*. Paris: Gallimard. Mimeo
- Devisch, Rene & Nyamnjoh, Francis B. (Orgs.). (2011). *The Postcolonial Turn*. Leiden: Langaa.
- Diawara, Manthia. (2001). Toward a Regional Imaginary in Africa. Em Fredric Jameson & Miyoshi Masao (Orgs.). *The Cultures of Globalization*. (pp. 103-124). Durham: Duke Univ. Press.
- Dussel, Enrique (2000). Europa, modernidade y eurocentrismo. Em Edgardo Lander (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 45-72). Buenos Aires: Clacso/Ciccus.
- Eboussi Boulaga, Fabien. (2014). *Muntu in Crisis. African Authenticity and Philosophy*. Trenton, N.J: Africa World Press.
- Fanon, Frantz. (1972). *Sociologie d'une révolution (L'An V de la révolution algérienne)*. Paris: Maspéro.
- Fanon, Frantz. (1967). *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press.
- James, Cyril Lionel Robert. (2000). *Os jacobinos negros*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mafeje, Archie. (2011). Africanity: a Combative Ontology. Em Rene Devisch & Francis B. Nyamnjoh (Orgs.). *The Postcolonial Turn* (pp. 29-44). Leiden: Langaa.
- Maldonado-Torres, Nelson. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Em Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global* (pp. 127-168). Bogotá: Siglo del Hombre Edit.
- Mbembe, Achille (2001). As formas africanas de auto inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23 (1), 171-209.
- Mignolo, alter. (2011). Geopolitics of sensing and knowing: on (de)coloniality, border thinking and epistemic disobedience. *Postcolonial Studies*, 14(3), 273-283.
- Mignolo, Walter. (2005). Human Understanding and (Latin) American Interests – The Politics and Sensibilities of Geohistorical Locations. Em Henry Schwarz & Sangeeta Ray (Orgs.). *A Companion to Postcolonial Studies* (pp. 180-202). Oxford, UK: Blackwell.
- Mignolo, Walter (2001). Globalization, Civilization Processes and the Relocation of Languages and Cultures. Em Fredric Jameson & Masao Miyoshi (Orgs.). *The Cultures of Globalization* (pp. 32-53). Durham: Duke Univ. Press.
- Mignolo, Walter. (2007). Delinking. *Cultural Studies*, 21 (2), 449-514.
- Mignolo, Walter. (2014). Introducción. ¿cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? Em Walter Mignolo (Org.). *Género y descolonialidad* (pp. 8-15). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Mudimbe, Valentin-Yves. (1988). *The Invention of Africa*. Bloomington, Indiana: Indiana Univ Press.
- Nandy, Ashis. (2015). *A imaginação emancipatória: desafios do século XXI*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Organização e revisão técnica: Lucia Rabello de Castro.

Nandy, Ashis. (2010). Reconstructing childhood: a critique of the ideology of adulthood. Em Aakash Singh & Silika Mohapatra (Orgs.). *Indian Political Thought* (pp. 203-214). New York: Routledge.

Nandy, Ashis. (2013). *Regimes of Narcissism, Regimes of Despair*. Delhi: Oxford Univ Press.

Nkrumah, Kwame. (1965). *Neo-Colonialism, the Last Stage of Imperialism*. Consultado a 25.11.2017, em <https://www.marxists.org/subject/africa/nkrumah/neo-colonialism/introduction.htm>.

Rudolf, Susanne Hoerber & Rudolf, Lloyd I. (2011a). The fear of cowardice. Em Susanne Rudolf & Lloyd I Rudolf (Orgs.). *Postmodern Gandhi and other essays* (pp. 177-198). Delhi: Oxford Univ. Press.

Rudolf, Susanne Hoerber & Rudolf, Lloyd I. (2011b). Gandhi and the new courage. Em Susanne Hoerber Rudolf & Lloyd I Rudolf (Orgs.). *Postmodern Gandhi and other essays* (pp. 199-206). Delhi: Oxford Univ. Press.

Spivak, Gayatri. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lucia Rabello de Castro é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia desse Instituto. Membro Fundador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa na Infância e Adolescência Contemporâneas - NIPIAC/UFRJ, coordenadora geral desse Núcleo (1995-2011), e atual Coordenadora Científica.

E-mail: lrcastro@infolink.com.br

ORCID: orcid.org/0000-0003-1238-4497

Jaileila de Araújo Menezes é professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

E-mail: jaileila.araujo@gmail.com

ORCID: orcid.org/0000-0003-3322-3764

Enviado em: 18/03/19 – **Aceito em:** 09/12/19
